

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – ANTONIO HERMAN BENJAMIN .....   | 9  |
| APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO – JOSÉ RUBENS MORATO LEITE.....   | 11 |
| NOTAS PRÉVIAS DOS AUTORES À 2.ª EDIÇÃO.....   | 13 |
| NOTAS PRÉVIAS DOS AUTORES .....   | 15 |
| ABREVIATURAS .....  | 23 |
| INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL (SOCIO)AMBIENTAL .....   | 25 |
| § 1 O “esverdear” do Direito Constitucional .....   | 25 |
| § 2 A crise ecológica como resultado das “pegadas” do ser humano .....  | 29 |
| § 3 A ética da responsabilidade na perspectiva da “civilização tecnológica” (Hans Jonas) e da “sociedade de risco” (Ulrich Beck): do dever moral ao dever jurídico-constitucional de proteção do ambiente ..... | 32 |
| § 4 Constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente: o constitucionalismo ecológico em construção .....  | 35 |
| § 5 O direito fundamental (e humano) a viver em um ambiente equilibrado, saudável e seguro.....   | 36 |
| § 6 A dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana .....  | 40 |
| § 7 A dignidade (e direitos?) das futuras gerações .....  | 42 |
| § 8 A dignidade para além do ser humano .....   | 43 |
| § 9 Estado Socioambiental de Direito, deveres estatais de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável .....  | 44 |
| § 10 Um novo pacto político-jurídico socioambiental? .....  | 46 |
| § 11 O “renascimento” do princípio da solidariedade em decorrência da consagração constitucional da proteção ecológica .....  | 46 |
| § 12 Direitos fundamentais socioambientais? A interdependência e indivisibilidade dos direitos fundamentais .....   | 47 |
| § 13 <i>Pessoas necessitadas</i> em termos ambientais e/ou socioambientais e a problemática (e desafio) dos assim chamados <i>refugiados ambientais</i> .....   | 52 |

|  |    |
|--|----|
| § 14 O direito ao ambiente como um “direito fundamental completo ou como um todo” (Robert Alexy) ..... | 56 |
| § 15 A garantia constitucional da proibição de retrocesso socioambiental.....                          | 57 |

## CAPÍTULO 1

### À DIMENSÃO ECOLÓGICA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A DIGNIDADE DA VIDA EM GERAL

|   |    |
|---|----|
| 1. A <i>dimensão ecológica</i> da dignidade da pessoa humana .....  | 59 |
| 2. Dignidade da vida para além da humana? .....   | 64 |
| 2.1 Sobre a necessidade de repensar a concepção kantiana individualista e antropocêntrica de dignidade e avançar rumo a uma compreensão ecológica da dignidade da pessoa humana e da vida em geral..... | 64 |
| 2.2 Algumas notas sobre a assim designada “Ética Animal”: um diálogo com o pensamento de Hans Jonas, Peter Singer e Tom Regan .....   | 71 |
| 3. A superação do paradigma jurídico antropocêntrico clássico e o reconhecimento da dignidade do animal não humano e da vida em geral no âmbito jurídico-constitucional brasileiro.....                 | 76 |
| 4. Um novo contrato político-jurídico ecológico? .....  | 87 |
| 5. Conclusões articuladas.....  | 89 |

## CAPÍTULO 2

### ESTADO SOCIOAMBIENTAL E MÍNIMO EXISTENCIAL SOCIOAMBIENTAL

|  |     |
|--|-----|
| 1. Considerações iniciais.....   | 93  |
| 2. A proteção ambiental e a simultânea e harmônica realização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA) como fim e tarefa do Estado Constitucional – Socioambiental! – de Direito contemporâneo ..... | 97  |
| 2.1 Do Estado Liberal ao Estado Socioambiental de Direito.....   | 97  |
| 2.2 Desenvolvimento sustentável e Economia Socioambiental de Mercado?106   |     |
| 3. Fundamentos jurídico-constitucionais de um direito fundamental ao mínimo existencial socioambiental: a tutela integrada do ambiente e dos direitos sociais como premissa do desenvolvimento sustentável .....             | 112 |
| 3.1 Do mínimo existencial social ao mínimo existencial socioambiental (ou ecológico).....  | 112 |

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| 3.2 | O saneamento básico como exemplo emblemático para a caracterização do mínimo existencial socioambiental ..... | 121 |
| 3.3 | Mínimo existencial socioambiental, democracia e justiça ambiental.....  | 126 |
| 4.  | Conclusões articuladas.....   | 129 |

## CAPÍTULO 3

### DEVERES FUNDAMENTAIS E PROTEÇÃO DO AMBIENTE

|   |     |
|---|-----|
| Introdução .....  | 133 |
| 1. Breves notas sobre o reconhecimento e evolução histórico-constitucional dos deveres fundamentais: dos deveres liberais e sociais aos deveres ecológicos....                                      | 135 |
| 2. Regime jurídico-constitucional dos deveres fundamentais de proteção do ambiente .....  | 144 |
| 2.1 A estrutura normativa do “direito-dever” fundamental de proteção e promoção de um ambiente saudável (ecologicamente equilibrado) .....  | 144 |
| 2.2 Sentido e alcance da dupla fundamentalidade formal e material na seara dos deveres fundamentais de proteção do ambiente .....   | 149 |
| 2.3 As funções defensiva (negativa) e prestacional (positiva) dos deveres fundamentais de proteção do ambiente .....  | 154 |
| 2.4 Uma tentativa de classificação dos deveres fundamentais de proteção do ambiente pela perspectiva dos seus destinatários .....   | 158 |
| 2.4.1 Deveres fundamentais de proteção do ambiente de cunho transnacional (em relação a pessoas situadas em outros Estados) .....   | 159 |
| 2.4.2 Deveres fundamentais de proteção do ambiente para com as gerações futuras .....   | 161 |
| 2.4.3 Deveres fundamentais de proteção do ambiente para com os animais não humanos e a Natureza como um todo.....   | 164 |
| 2.5 Deveres fundamentais de proteção do ambiente, limitações “ecológicas” a direitos fundamentais e proporcionalidade como proibição de intervenção excessiva e vedação de tutela insuficiente..... | 166 |
| 3. Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em matéria de deveres fundamentais de proteção do ambiente .....   | 168 |
| 3.1 O novo regime jurídico-constitucional da propriedade (e da posse) em face da consagração constitucional da sua função socioambiental e dos deveres fundamentais de proteção do ambiente.....    | 168 |

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 3.2 | Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre reserva legal e área de preservação permanente em face dos deveres fundamentais de proteção do ambiente do proprietário ou possuidor do imóvel ..... | 175 |
| 4.  | Conclusões articuladas .....   | 182 |

## CAPÍTULO 4

### DEVERES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO E PROIBIÇÃO DE RETROCESSO EM MATÉRIA (SOCIO)AMBIENTAL

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 1.  | Os deveres de proteção do Estado em matéria ambiental: entre proibição de excesso e proibição de proteção insuficiente .....                                 | 185 |
| 1.1 | Breves considerações sobre os <i>deveres de proteção ambiental</i> do Estado brasileiro .....  | 185 |
| 1.2 | A inconstitucionalidade de medidas violadoras da <i>proibição de proteção insuficiente</i> na esfera da tutela do direito fundamental ao ambiente .....      | 192 |
| 2.  | A garantia constitucional de <i>proibição de retrocesso</i> : da proibição de retrocesso social à proibição de retrocesso (socio)ambiental.....              | 196 |
| 3.  | Estudos de caso sobre a garantia constitucional de proibição de retrocesso (socio)ambiental .....  | 214 |
| 3.1 | A controvérsia em torno da (in)constitucionalidade do Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 14.675, de 13 de abril de 2009) do Estado de Santa Catarina..... | 214 |
| 3.2 | O Projeto de Lei (1.876/99) de reforma do Código Florestal Brasileiro...   | 222 |
| 4.  | Conclusões articuladas.....  | 226 |

## CAPÍTULO 5

### O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO NA TUTELA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS (E DEVERES) SOCIOAMBIENTAIS

|    |  |     |
|----|--|-----|
| 1. | Considerações iniciais .....   | 229 |
| 2. | Breves considerações sobre a atuação do Poder Judiciário brasileiro em sede de tutela e efetivação dos direitos (e deveres) socioambientais: a prestação jurisdicional vinculada aos deveres de proteção do Estado para com o ambiente | 231 |
| 3. | A proteção do ambiente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal .....   | 236 |

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 3.1  | O regime jurídico dos direitos e deveres fundamentais socioambientais e sua consagração pelo Poder Judiciário, com destaque para a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ..... | 236 |
| 3.2  | O caso das “áreas de preservação permanente” e da “reserva legal” – Limitações ao direito de propriedade e os deveres fundamentais de proteção do ambiente dos particulares .....   | 238 |
| 3.3. | A questão da “inversão do ônus da prova” em processos judiciais em matéria ambiental – Uma questão de “paridade de armas” entre os litigantes nas ações coletivas ambientais .....  | 244 |
| 3.4. | O problema da crueldade contra os animais – A tutela constitucional do bem-estar dos animais e da dignidade da vida.....  | 244 |
| 3.5. | O caso do “saneamento ambiental” – A garantia de uma qualidade mínima de vida em matéria socioambiental .....   | 245 |
| 3.6. | O caso da “importação de pneus usados” – O Supremo Tribunal Federal e o desenvolvimento sustentável .....   | 251 |
| 4.   | Considerações finais: enfatizando o possível papel do Poder Judiciário na tutela e efetivação dos direitos e deveres socioambientais .....  | 254 |
|      | LEGISLAÇÃO .....  | 261 |
|      | JURISPRUDÊNCIA .....  | 265 |
|      | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....  | 269 |
|      | OUTRAS OBRAS DOS AUTORES.....   | 287 |